

**No. 41766**

—  
**Brazil  
and  
Angola**

**Protocol of intent on technical cooperation in the field of public administration between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Angola. Brasília, 3 May 2005**

**Entry into force:** *3 May 2005 by signature, in accordance with paragraph 8*

**Authentic texts:** *Portuguese*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 11 August 2005*

—  
**Brésil  
et  
Angola**

**Protocole d'intention relatif à la coopération technique dans le domaine de l'administration publique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République d'Angola. Brasília, 3 mai 2005**

**Entrée en vigueur :** *3 mai 2005 par signature, conformément au paragraphe 8*

**Textes authentiques :** *portugais*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 11 août 2005*

[ PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS ]

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Angola  
(doravante denominados “Partes”),

Respaldados no Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Luanda, em 11 de junho de 1980, promulgado em 5 de outubro de 1990 (doravante denominado “Acordo”);

Determinados a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação;

Animados pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os dois países e povos;

Destacando o especial interesse de que se reveste a cooperação técnica na área da Administração Pública, especialmente em matéria de formação e capacitação de funcionários públicos,

Decidem celebrar o presente Protocolo de Intenções:

1. As Partes comprometem-se em regime de reciprocidade, e quando para tanto solicitadas, com a prestação mútua de cooperação técnica para apoiar a formação de quadros angolanos, na área de Administração Pública, em especial:

- a) formação e capacitação de servidores públicos angolanos em eventos de aprendizagem promovidos pelas instituições brasileiras competentes (cursos de curta duração, seminários, programas de educação à distância, especializações etc.), atendendo a critérios de seleção requeridos para participação nestes eventos;

- b) organização de visitas e missões técnicas de servidores angolanos a instituições brasileiras, tendo em vista a apreensão de novos conhecimentos e metodologias nas áreas de formação, capacitação e pesquisa;
- c) intercâmbio sistemático de publicações entre as duas instituições;
- d) participação de dirigentes e técnicos de instituições brasileiras e angolanas em eventos de capacitação (cursos de curta duração, seminários, palestras etc.), com o objetivo de promover o desenvolvimento de novas competências e troca de experiências; e
- e) outras áreas que as Partes considerem adequadas à realização dos seus interesses.

2. A implementação de ações nas áreas previstas no parágrafo 1 será efetivada por meio de Ajustes Complementares, fundamentados no Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, firmado em Luanda, em 11 de junho de 1980, promulgado em 05 de outubro de 1990.

3. Para a implementação dos projetos de cooperação técnica na área da administração pública, concebidos sob a égide dos futuros ajustes, as Partes poderão estabelecer parcerias com instituições dos setores público e privado, organismos e entidades internacionais, bem como com organizações não governamentais.

4. As ações, programas, projetos e atividades previstos no presente Protocolo serão coordenados, do lado angolano, pelo Ministério das Relações Exteriores e executados pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

5. As ações, programas, projetos e atividades previstos no presente Protocolo serão coordenados, do lado brasileiro, pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que designará as instituições competentes que serão responsáveis pela execução.

6. As Partes deverão realizar reuniões para acordar os termos da cooperação a ser desenvolvida, assim como dos respectivos ajustes e projetos.

7. As ações, programas, projetos e atividades previstos no presente Protocolo estarão sujeitos às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de Angola.

8. O presente Protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, sendo automaticamente renovável até que uma das Partes se manifeste em contrário, com antecedência mínima de 3 (três) meses.

9. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Protocolo de Intenções, por via diplomática, com antecedência mínima de 3 (três) meses. A denúncia não afetará as atividades em execução, salvo quando houver manifestação em contrário.

10. Quaisquer dúvidas relacionadas com a implementação do presente Protocolo serão dirimidas por conversações diretas entre as Partes.

Feito em Brasília, aos 3 dias do mês de maio de 2005, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
EMBAIXADORA VERA PEDROSA  
Subsecretária Política do Ministério  
das Relações Exteriores

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DE ANGOLA  
EMBAIXADOR FLORENCIO DE ALMEIDA  
Diretor de Cooperação Bilateral do Ministério das  
Relações Exteriores da República de Angola

[TRANSLATION – TRADUCTION]

PROTOCOL OF INTENT ON TECHNICAL COOPERATION IN THE FIELD  
OF PUBLIC ADMINISTRATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF  
THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT  
OF THE REPUBLIC OF ANGOLA

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Angola (hereinafter referred to as the "Contracting Parties")

Mindful of the Basic Agreement on Economic, Scientific and Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Angola, signed in Luanda on 11 June 1980 and promulgated on 5 October 1990 (hereinafter referred to as the "Agreement");

Determined to develop and deepen their cooperation relations;

Motivated by the desire to strengthen the ties of friendship and fraternity that exist between the two countries and peoples;

Stressing the special interest in technical cooperation in the area of public administration, particularly in respect of initial and further training of civil servants;

Have agreed to sign the following Protocol of Intent:

1. The Contracting Parties undertake, on the basis of reciprocity and as requested, to provide mutual technical cooperation to support the training of Angolan personnel in the area of public administration, in particular as follows:

(a) Initial and further training of Angolan civil servants in learning events held by competent Brazilian institutions (short-term courses, seminars, distance education programmes, specialization courses, etc.), subject to the selection criteria required for participation in such events;

(b) Organization of visits and technical missions by Angolan civil servants to Brazilian institutions, for the purpose of gaining new knowledge and methodologies in the areas of initial and further training and research;

(c) Systematic exchange of publications between the two institutions;

(d) Participation in training events by managers and technicians from Brazilian and Angolan institutions (short courses, seminars, lectures, etc.), to develop new skills and exchange experiences; and

(e) Other areas that the Parties consider appropriate in furthering their interests.

2. Actions in the areas listed in paragraph 1 shall be implemented through complementary arrangements based on the Agreement on Economic, Scientific and Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the People's Republic of Angola, signed in Luanda on 11 June 1980 and promulgated on 5 October 1990.

3. For the implementation of technical cooperation projects in the area of public administration under future arrangements, the Parties may establish partnerships with insti-

tutions from the public and private sectors, international agencies and entities, and non-governmental organizations.

4. The actions, programmes, projects and activities envisaged in this Protocol shall, in the case of Angola, be coordinated by the Ministry of Foreign Relations and executed by the Ministry of Public Administration, Employment and Social Security.

5. The actions, programmes, projects and activities envisaged in this Protocol shall, in the case of Brazil, be coordinated by the Brazilian Cooperation Agency of the Ministry of Foreign Relations, which shall appoint competent institutions to execute them.

6. The Parties shall hold meetings to agree upon the terms of the cooperation to be carried out, and the respective arrangements and projects.

7. The actions, programmes, projects and activities envisaged in this Protocol shall be subject to the laws and regulations in force in the Federative Republic of Brazil and in the Republic of Angola.

8. This Protocol of Intent shall enter into force on the date of its signing and shall remain in force for two years, renewable automatically unless one of the Parties indicates otherwise with at least three months' notice.

9. Either of the Parties may terminate this Protocol of Intent, through the diplomatic channel, giving at least three months' notice. Its termination shall not affect ongoing activities unless the Parties decide otherwise.

10. Any disputes arising in relation to implementation of this Protocol shall be resolved through direct conversations between the Parties.

Done at Brasilia, on 3 May 2005, in two originals in the Portuguese language, each text being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

VERA PEDROSA,  
Ambassador

Political Under-Secretary of the Ministry of Foreign Relations

For the Government of the Republic of Angola:

FLORENCIO DE ALMEIDA  
Ambassador

Director of Bilateral Cooperation  
of the Ministry of Foreign Relations of the Republic of Angola

[TRANSLATION – TRADUCTION]

PROTOCOLE D'INTENTION RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE  
DANS LE DOMAINE DE L'ADMINISTRATION PUBLIQUE ENTRE LE  
GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL  
ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE  
D'ANGOLA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République d'Angola (ci-après dénommés les « Parties contractantes »),

Considérant l'Accord de coopération économique, scientifique et technique conclu entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République d'Angola, signé à Luanda le 11 juin 1980 et promulgué le 5 octobre 1990 (dénommé ci-après l'« Accord »),

Déterminés à développer et à approfondir leurs relations dans le domaine de la coopération,

Motivés par le désir de renforcer les liens d'amitié et de fraternité qui existent entre les deux pays et les deux peuples,

Soulignant les avantages particuliers que présente la coopération technique dans le domaine de l'administration publique, et plus particulièrement en ce qui concerne la formation initiale et continue des agents de l'État,

Sont convenus de signer le Protocole d'intention suivant :

1. Les Parties contractantes s'engagent, sur une base de réciprocité et comme demandé, à coopérer mutuellement sur le plan technique dans le but de former le personnel angolais dans le domaine de l'administration publique, et en particulier dans les domaines suivants :

(a) Formation initiale et continue des agents de l'État angolais à l'occasion de cours de formation organisés par des institutions brésiliennes compétentes (cours de courte durée, séminaires, programmes de formation par correspondance, etc.), sous réserve des critères de sélection exigés pour participer à ces cours de formation,

(b) Organisation de visites et de missions techniques par les agents de l'État angolais auprès des institutions brésiliennes dans le but d'acquérir de nouvelles connaissances et méthodologies dans les domaines de la formation initiale et continue et de la recherche,

(c) Échange systématique de publications entre les deux institutions,

(d) Participation à des cours de formation de cadres et de techniciens provenant des institutions brésiliennes et angolaises (cours de courte durée, séminaires, conférences, etc.) pour développer de nouvelles qualifications et échanger des expériences, et

(e) Autres domaines que les Parties considèrent appropriés pour servir leurs intérêts.

2. Les actions entreprises dans les domaines énoncés au paragraphe 1 seront mises en œuvre par le biais d'accords complémentaires basés sur l'Accord de coopération économique, scientifique et technique entre le Gouvernement de la République fédérative

du Brésil et le Gouvernement de la République populaire d'Angola, signé à Luanda le 11 juin 1980 et promulgué le 5 octobre 1990.

3. Pour la réalisation des projets de coopération technique dans le domaine de l'administration publique organisés dans le cadre des accords futurs, les Parties peuvent créer des associations avec les organismes faisant partie des secteurs public et privé, des agences et instances internationales et des organisations non gouvernementales.

4. Les actions, programmes, projets et activités envisagés dans le présent Protocole seront, dans le cas de l'Angola, coordonnés par le Ministère des affaires étrangères et exécutés par le Ministère de l'administration publique, du travail et de la sécurité sociale.

5. Les actions, programmes, projets et activités envisagés dans le présent Protocole seront, dans le cas du Brésil, coordonnés par l'Agence de Coopération brésilienne du Ministère des affaires étrangères qui désignera les institutions compétentes pour les exécuter.

6. Les Parties se réuniront pour convenir des modalités de la coopération, des accords et projets respectifs.

7. Les actions, programmes, projets et activités envisagés dans le présent Protocole seront régis par la législation et les réglementations en vigueur en République fédérative du Brésil et en République d'Angola.

8. Le présent Protocole d'intention prendra effet à la date de sa signature et restera en vigueur pendant deux ans renouvelables de plein droit, sauf si l'une des Parties devait en décider autrement moyennant préavis d'au moins trois mois.

9. L'une ou l'autre des Parties peut dénoncer le présent Protocole d'intention par la voie diplomatique, moyennant préavis d'au moins trois mois. À moins que les Parties n'en décident autrement, la résiliation du Protocole d'intention ne modifiera en rien les activités en cours.

10. Les litiges éventuels concernant la mise en application du présent Protocole seront réglés à l'occasion de pourparlers directs entre les Parties.

Fait à Brasília, le trois mai deux mille cinq, en deux exemplaires originaux rédigés en langue portugaise, chaque texte faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :  
Le Sous-secrétaire politique du Ministère des Affaires étrangères,  
L'Ambassadrice,  
VERA PEDROSA

Pour le Gouvernement de la République d'Angola :  
Le Directeur de la Coopération bilatérale du  
Ministère des Affaires étrangères de la République d'Angola,  
L'Ambassadeur,  
FLORENCIO DE ALMEIDA